

ENSINO, DESENVOLVIMENTO & SAÚDE

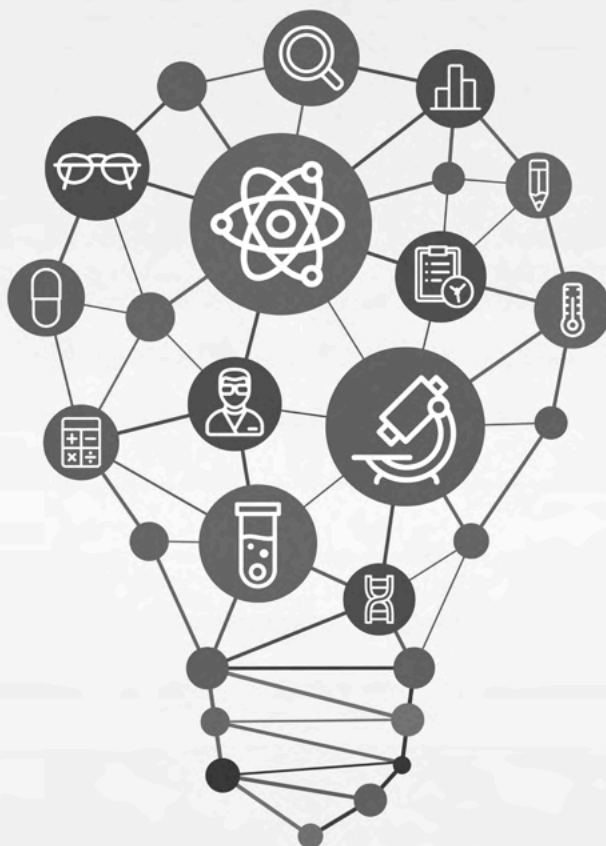


Atena
Editora
Ano 2022

GRUPO EDUCACIONAL
FAVENI

WANDERSON DE PAULA PINTO | ANA PAULA RODRIGUES
LEANDRO XAVIER TIMÓTEO | DRIELI APARECIDA ROSSI
(Organizadores)

ENSINO, DESENVOLVIMENTO & SAÚDE



Atena
Editora
Ano 2022

GRUPO EDUCACIONAL
FAVENI

WANDERSON DE PAULA PINTO | ANA PAULA RODRIGUES
LEANDRO XAVIER TIMÓTEO | DRIELI APARECIDA ROSSI
(Organizadores)

Editora chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Editora executiva

Natalia Oliveira

Assistente editorial

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto gráfico

Bruno Oliveira

Camila Alves de Cremo

Luiza Alves Batista

Natália Sandrini de Azevedo

Imagens da capa

iStock

Edição de arte

Luiza Alves Batista

2022 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do texto © 2022 Os autores

Copyright da edição © 2022 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial**Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí

Prof. Dr. Alexandre de Freitas Carneiro – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Ana Maria Aguiar Frias – Universidade de Évora

Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa



Prof. Dr. Antonio Carlos da Silva – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Prof^ª Dr^ª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof^ª Dr^ª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná
Prof^ª Dr^ª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadilson Marinho da Silva – Secretaria de Educação de Pernambuco
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Prof^ª Dr^ª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal do Paraná
Prof^ª Dr^ª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof^ª Dr^ª Lucicleia Barreto Queiroz – Universidade Federal do Acre
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Universidade do Estado de Minas Gerais
Prof^ª Dr^ª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof^ª Dr^ª Marianne Sousa Barbosa – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Prof^ª Dr^ª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso
Prof. Dr. Pedro Henrique Máximo Pereira – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
Prof^ª Dr^ª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^ª Dr^ª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof^ª Dr^ª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof^ª Dr^ª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins



Diagramação: Natália Sandrini de Azevedo
Correção: Yaiddy Paola Martinez
Indexação: Amanda Kelly da Costa Veiga
Revisão: Os autores
Organizadores: Wanderson de Paula Pinto
Ana Paula Rodrigues
Leandro Xavier Timóteo
Drieli Aparecida Rossi

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

E59 Ensino, desenvolvimento & saúde / Wanderson de Paula Pinto, Ana Paula Rodrigues, Leandro Xavier Timóteo, et al. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2022.

Outra organizadora
Drieli Aparecida Rossi

Formato: PDF
Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader
Modo de acesso: World Wide Web
Inclui bibliografia
ISBN 978-65-258-0646-4
DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.464222709>

1. Direitos humanos - Brasil. 2. Ensino à distância. 3. Saúde. I. Pinto, Wanderson de Paula (Organizador). II. Rodrigues, Ana Paula (Organizadora). III. Timóteo, Leandro Xavier (Organizador). IV. Título.

CDD 370.981

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná – Brasil
Telefone: +55 (42) 3323-5493
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br



DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.



DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, *desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.



APRESENTAÇÃO

A obra “Ensino, Desenvolvimento & Saúde” é constituída por dez capítulos, resultado de pesquisas realizadas por docentes do Grupo Educacional FAVENI nas áreas de Engenharia, Ensino com ênfase em metodologias ativas, Direito e Saúde.

O objetivo ao longo do texto foi apresentar informações, utilizando uma linguagem acessível, para alunos de graduação, pós-graduação, docentes e profissionais liberais que queiram aprofundar seus conhecimentos nos seguintes temas abordados: avaliações de vazões máximas e mínimas utilizando distribuições de probabilidades; método AHP; riscos ocasionados por manifestações patológicas em edificações; segurança nos negócios jurídicos imobiliários de compra e venda; Educação a Distância; metodologias ativas no ensino superior; Neuromarketing; prática docente no ensino superior no Brasil no período da Pandemia Covid-19; gestão em saúde, saúde mental e direitos humanos no Brasil. No mais, não acredito ser necessário insistir sobre o conteúdo do livro, os autores destacam as matérias e o seu desenvolvimento, bem como a justificativa de cada trabalho.

Esta obra é multidisciplinar, trata-se do desenvolvimento de um trabalho conjunto em que cada tema foi tratado sob sua própria ótica, articulando bibliografia, técnica e procedimentos. Ela é resultado da colaboração entre docentes que acreditam que o conhecimento é o caminho para o desenvolvimento da sociedade e pleno exercício da cidadania.

Quero ressaltar que, tanto os organizadores quanto os autores dos capítulos apresentados nesta obra, são professores reconhecidos com experiência em docência no ensino superior e desenvolvimento de pesquisa, com publicação de trabalhos científicos em periódicos e anais de eventos, nas diversas áreas do conhecimento. Por fim, acrescenta-se que a expectativa dos organizadores e autores é que os estudos apresentados possam ser utilizados para subsidiar a elaboração de novas pesquisas acadêmicas, no sentido de continuidade à busca de novos conhecimentos nas áreas abordadas nesta obra.

Prof. Dr. Wanderson de Paula Pinto

AGRADECIMENTOS


Para a produção desta obra, os organizadores querem registrar seus agradecimentos aos docentes envolvidos no projeto que ajudaram de forma direta ou indireta na elaboração dos capítulos/pesquisas, bem como ao Grupo Educacional FAVENI pelo apoio propiciado, incentivo e por viabilizar a produção desta obra.

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

AVALIAÇÃO DAS VAZÕES MÁXIMAS E MÍNIMAS PARA A BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO SANTA MARIA DA VITÓRIA, USANDO DISTRIBUIÇÕES DE PROBABILIDADE


Gemael Barbosa Lima
Wanderson de Paula Pinto
Maycon Patrício de Hollanda
Emerson Pedreira Matos
Solange Aparecida Alho Sarnaglia Merlo
Leandro Xavier Timóteo
Ana Paula Rodrigues
Simone Batista Fernandes Estevão
Drieli Aparecida Rossi

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.4642227091>

CAPÍTULO 2..... 17

MÉTODO AHP (ANALYTIC HIERARCHY PROCESS) NA DETERMINAÇÃO DE AQUISIÇÃO DE CAMINHÕES NOVOS OU USADOS PARA OPERAÇÕES DE LOGÍSTICAS EM UMA INDÚSTRIA DE NUTRIÇÃO ANIMAL


Sileno Marcos Araújo Ortin
Danilo José Almada Barroso
Tiago Moreno Lopes Roberto
Elimeire Alves de Oliveira
Vinícius Guiraldeli Barbosa
Carlos Adriano Campana
Leandro Xavier Timóteo

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.4642227092>

CAPÍTULO 3..... 34

RISCOS RELATIVOS A INSTABILIDADE GEOLÓGICA EM BAIROS EM SUBSIDÊNCIA EM MACEIÓ-AL

Arthur de Carvalho Costa Rodas
Laisa Josy da Silva
Ivanildo Alves de Oliveira Junior
Maria Erika Bianor
Lucyo Wagner Torres de Carvalho
Nathália Corrêa Chagas de Souza


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.4642227093>

CAPÍTULO 4..... 54

A LEI Nº 13.097/2015 E A SEGURANÇA NOS NEGÓCIOS JURÍDICOS DE COMPRA E VENDA DE IMÓVEIS

Priscila Luciene Santos de Lima
Carolina Orrico Santos


Ângelo de Souza Ramos

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.4642227094>

CAPÍTULO 5..... 76

O ENSINO À DISTÂNCIA COMO INSTRUMENTO DE DEMOCRATIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR


Elimeire Alves de Oliveira
Tiago Moreno Lopes Roberto
Sileno Marcos Araújo Ortin
Ana Paula Rodrigues
Josiel Mendes
Jairo Antonio Bertelli
Suellen Danubia da Silva

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.4642227095>

CAPÍTULO 6..... 85

METODOLOGIAS ATIVAS COMO FERRAMENTA PEDAGÓGICA NO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM NO ENSINO SUPERIOR


Aramis da Silva Monteiro Ponath
Cleidir José Furlani
Helenilze Espindula Rossi Coser Zanoni
Simone Batista Fernandes Estevão
Valkiria Beling Gums

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.4642227096>

CAPÍTULO 7..... 102

UMA ANÁLISE SOBRE O NEUROMARKETING SOB O ASPECTO DO PRINCÍPIO DA INVIOABILIDADE DO PROCESSO DE TOMADA DE DECISÃO E O CONSUMIDOR MODERNO


Ivandilson Miranda Silva
Lília Bittencourt Silva
Priscila Luciene Santos de Lima

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.4642227097>

CAPÍTULO 8..... 114

OS DESAFIOS DA PRÁTICA DOCENTE NO ENSINO SUPERIOR NO CONTEXTO DA PANDEMIA COVID-19

Andreza Nadja Freitas Serafim
Francisco das Chagas Galvão de Lima
Joice dos Santos Alves

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.4642227098>

CAPÍTULO 9..... 125

GESTÃO EM SAÚDE: PERSPECTIVAS E DESAFIOS DO PROFISSIONAL EM TEMPOS DE PANDEMIA


Ana Cláudia Leite Monéia
Anna Carolina Monéia Farias
Gabriel Arruda Burani
Italo Frizzo
Laércio Fabrício Alves
Luciano Belotti
Stella Bianca Gonçalves Brasil Pissato
Thais Hora Paulino

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.4642227099>

CAPÍTULO 10..... 138

SAÚDE MENTAL E DIREITOS HUMANOS NO BRASIL: AVANÇOS E RETROCESSOS APÓS 20 ANOS DA LEI 10.216/2001

Anna Carolina Monéia Farias
Maria da Conceição Dal Bó Vieira
Sergio Luis Braghini
André Moraes de Nadai
Sandra Cristine Arca
Daniel Dela Coleta Eisaqui
Jucilene Casati Lodi
Jeovana Cardoso de Souza

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.46422270910>

SOBRE OS ORGANIZADORES 152

O ENSINO À DISTÂNCIA COMO INSTRUMENTO DE DEMOCRATIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

Data de aceite: 12/08/2022

Elimeire Alves de Oliveira

Professora e Coordenadora do Curso de Pedagogia na Faculdade FUTURA. Graduada em Direito (UNIFEV) Graduada em Pedagogia (Faculdade de Antônio Augusto Reis Neves). Graduada em Letras (UNIFEV) Especialista em Gestão Escolar (UNICAMP). Mestre em Ensn e Processos Formativos (UNESP) elimeire.alves@gmail.com.br

Tiago Moreno Lopes Roberto

Graduado em Psicologia (UNIFEV); Mestre em Psicologia e Saúde (FAMERP), Especialista em Saúde Mental (FUTURA) Gestor de Políticas Acadêmicas (FUTURA) Docente do Curso de Psicologia (UNIRP) Doutorando em Ciências da Saúde (FAMERP)
E-mail: tiagomorenolopes@hotmail.com.

Sileno Marcos Araújo Ortin

Graduado em Administração (UNIFEV), Especialista em Marketing, Recursos Humanos e Gerência (UNIFEV), Especialista em Programa de Implementação e Gestão em Educação à Distância (UFF), Coordenador de curso de Administração, Mestre em Ciências Ambientais (UNIVERSIDADE BRASIL).
E-mail: Prof.sileno@yahoo.com.br.

Ana Paula Rodrigues

Diretora Acadêmica da Faculdade (FUTURA); Graduada em Educação Física, Pedagogia e Administração; Mestre em Meio Ambiente e Sustentabilidade e Doutorado em Educação.
E-mail: diretoria@faveni.edu.br.

Josiel Mendes

Graduado em Matemática (UNIFEV); Graduado em Pedagogia (FALC) de Carapicuíba; Mestre

em Matemática (UNESP), Docente nos cursos de Administração, Pedagogia, Ciências Contábeis e Gestão De Recursos Humanos (FUTURA). Professor na Escola Estadual José Antonio de Castilho localizada em Nova Castilho.

E-mail: imendes@professorfaculadefutura.com.br

Jairo Antonio Bertelli

Francisco Pereira Graduado em Direito pelo Centro Universitário de Votuporanga – (UNIFEV). Especialista em Direito Processual: Grandes transformações pela Universidade do Sul de Santa Catarina; Servidor Público de São Paulo.

E-mail: jairobertelli@professorfaculadefutura.com.br

Suellen Danubia da Silva

Graduada em Ciências Contábeis (UNIFEV) Graduada em Administração pela Faculdade (FUTURA), Especialista em Administração e Estratégica com Ênfase em Marketing e Recursos Humanos (UNILAGO), Mestre em Administração (UNIMEP).

E-mail: suellen_danubia@hotmail.com

RESUMO - A história da Educação a Distância (EAD) no Brasil data do século passado, desde a década de 20, com cursos profissionalizantes por correspondência. Posteriormente, surgiram os programas educativos no rádio e televisão, mas foi com o incremento da internet e com o reconhecimento dessa modalidade de ensino que o EAD passa a ter destaque no cenário educacional, se tornando um instrumento muito importante para viabilizar a democratização do ensino, e, em especial, a Educação Superior, por

tratar de uma modalidade que permite flexibilidade aos alunos, pois é ele quem vai adequar o estudo ao seu modo de vida. Para realização deste trabalho adotou-se o método qualitativo, em que os instrumentos de análise foram livros, artigos e documentos de legislação que versam sobre a temática.

PALAVRAS-CHAVE: Educação à distância. Ensino à distância. Políticas públicas

DISTANCE TEACHING AS AN INSTRUMENT OF DEMOCRATIZATION OF HIGHER EDUCATION

ABSTRACT - The history of Distance Education (Distance Education) in Brazil dates back to the last century, since the 1920s, with correspondence vocational courses. Later, educational programs emerged in radio and television, but it was with the increase of the Internet and with the recognition of this type of teaching that the EAD becomes highlighted in the educational scenario, becoming a very important instrument to enable the democratization of teaching, and, in particular, Higher Education, because it is a modality that allows flexibility to students, for it is he who will adapt the study to his way of life. To perform this work, the qualitative method was adopted, in which the instruments of analysis were books, articles and documents of legislation that deal with the theme.

KEYWORDS: Distance education. Distance learning. Public policies

1 | INTRODUÇÃO

A busca pelo conhecimento sempre se fez presente, desde os primórdios das civilizações, mesmo no período da humanidade em que o fator principal de riqueza e produção era a terra, na qual os homens plantavam e colhiam sem necessitar de instrumentos tecnológicos sofisticados e que não havia a existência de uma instituição formal, estruturada e organizada, tal como encontramos na escola contemporânea

No entanto, na hoje chamada Sociedade do Século XXI, ou a Sociedade do conhecimento, mais do que nunca, a noção de que a necessidade de um processo perene de formação se faz presente.

E, no contexto atual, o acesso às novas tecnologias exerce uma importância significativa, em que as fronteiras do conhecimento não possuem barreiras e exigem, cada vez mais, um aprendizado contínuo face às mudanças na sociedade, nas relações pessoais e nos meios de produção.

Nessa sociedade, em que a busca de conhecimento é de suma importância, o acesso à tecnologia assume um papel primordial, pois consegue alcançar, de forma rápida e global, informações compatíveis com as necessidades e exigências do mercado.

Neste cenário, há um significativo crescimento pela procura de cursos na modalidade à distância, o Ensino a Distância (EAD), seja em nível de cursos de pequena duração, graduação, pós-graduação e até mesmo cursos livres, por tratar de uma modalidade que permite flexibilidade aos alunos, pois é ele quem vai adequar o estudo ao seu modo de vida.

Neste sentido, é importante a implementação de políticas públicas que visem assegurar a democratização do acesso a essa modalidade de ensino para alunos do Ensino Superior, principalmente se considerarmos a Meta 12 do Plano Nacional de Educação, que estabelece:

Elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% (cinquenta por cento) e a taxa líquida para 33% (trinta e três por cento) da população de 18 (dezoito) a 24 (vinte e quatro) anos, assegurada a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, 40% (quarenta por cento) das novas matrículas, no segmento público. (BRASIL, 2014)

Além disso, na persecução de atender a LDB 9394/96, o Plano Nacional de Ensino preceitua que todos os docentes da educação básica possuam formação específica de nível superior, e que pelo menos 50% (cinquenta por cento) dos professores da educação básica obtenham o nível de pós-graduação, até a vigência do atual PNE, que é 2024.

Ou seja, desafio é grande e o EAD passa a ser uma importante estratégia para o atingimento dessas metas.

Neste sentido, Libâneo, Oliveira e Toshi (2012, p.266) esclarecem que a educação a distância amplia o entendimento do que são espaços educacionais, de modo a “expandir oportunidades de estudos a usuários com escassos recursos financeiros, familiarizar o cidadão com a tecnologia e oferecer meios de atualização profissional permanente e contínua.”

No entanto, embora tenha sido preconizado pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a Lei nº 9.394/96, no Art. 80 que “o Poder Público incentivará o desenvolvimento e a veiculação de programas de ensino a distância, em todos os níveis e modalidades de ensino, e de educação continuada”, as políticas públicas voltadas à materialização desse dispositivo deixam a desejar.

Desta forma, o presente artigo tem por objetivo geral analisar as políticas públicas para educação à distância. Como objetivos específicos, analisar a trajetória do EAD no país; investigar a legislação atinente ao Ensino à Distância no Brasil, em específico as políticas educacionais após a instituição da Lei de Diretrizes e Bases nº 9.394/96, que vêm regular essa modalidade de ensino; e investigar os impactos positivos que esta modalidade traz no contexto educacional brasileiro.

Este trabalho, em conformidade com Marconi e Lakatos (2002), assume o formato de uma pesquisa de cunho bibliográfico, exploratório e qualitativo, pois parte exploração sistemática de estudos já realizados por teóricos que pesquisam sobre o tema, para basear suas interpretações.

Portanto, trata-se de uma pesquisa descritiva, que se caracteriza pela utilização de dados, conceitos, afirmações, interpretações e avaliações de resultados já existentes sobre os fenômenos estudados.

Os instrumentos de análise foram livros, documentos de legislação e artigos que serviram de apoio à pesquisa, mediante levantamento na biblioteca física e em sites acadêmicos, como *Google Acadêmico* e *SciELO*, em que foram realizadas buscas por materiais científicos, com os descritores “políticas públicas”, “educação à distância” e “ensino à distância”, em língua portuguesa, sem especificar um determinado período. Esses materiais serão separados e lidos por assuntos descritos nas palavras-chaves.

A partir dessa coleta, iniciou-se a busca sistemática dos conceitos a serem apresentados, a luz dos referenciais teóricos.

2 | DESENVOLVIMENTO

2.1 A trajetória histórica do Ensino à distância no país

Embora atualmente o Ensino a Distância seja mais conhecido em nível mundial, sua história remonta pelos idos de 1856, na Universidade de Chicago, quando foi criada a primeira escola de línguas por correspondência e posteriormente em 1982, quando houve algumas tentativas de formação para professores de escolas paroquiais por correspondência, além de outras similares em outros países.

Por volta de 1.882 há registros de sua participação em um programa realizado pela British Broadcasting Corporation (BBC) que envolveu vários países, cujo objetivo era a transmissão de programas educativos. Conforme Vidal e Baia (2007), foi um período muito promissor no avanço científico, em que foram introduzidos diversos meios de comunicação em massa, como o telefone, o Código Morse, a televisão, sendo que muitas experiências se deram no período pós-guerra, cuja principal finalidade era qualificar a população da Europa para atividades de laboratório.

Conforme apontado por Alves (2011), dados levantados pela Associação Brasileira de Ensino a Distância (ABED), apontam alguns marcos que regulam a história da Educação à Distância no Brasil.

O primeiro deles foi em 1904, quando o Jornal do Brasil publicou na seção de classificados uma propaganda sobre cursos de datilografia por correspondência. No ano de 1923 foi criada a Rádio Sociedade do Rio de Janeiro, que ministrava cursos de Português, Francês, Silvicultura, Literatura Francesa, Esperanto, Radiotelegrafia e Telefonia, inaugurando a EAD pelas ondas do rádio.

Segundo Torres et al. (2010), desde a década de 40 há os primeiros registros de uma educação ofertada à distância, embora com características específicas para a época, como cartas, rádio e televisão. Vidal e Baia (2007) credita as primeiras experiências à Rádio Sociedade do Rio de Janeiro, criada em 1923 e posteriormente incorporada ao Ministério da Educação (MEC). Também foram significativas as iniciativas do Instituto Monitor (1939) e do Instituto Universal Brasileiro (1941), que promoviam diversos cursos por correspondência para todo país.

Posteriormente, em 1959, no Rio Grande do Norte, a Diocese de Natal lança o Movimento de Educação de Base (MEB) para promover a alfabetização de jovens e adultos, sendo considerado um marco para a história do EAD no Brasil. (ALVES,2011).No entanto, o crescimento dessa modalidade de ensino, conforme esses autores, se dá a partir de 1960, período em que diversas universidades da Europa passam a exercer suas atividades na educação secundária e superior.

Contudo, como política pública de fato, esta surge em 1972, quando alguns projetos são financiados pelo I Planos Básicos de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (PBDCT), mediante o uso da televisão para o uso específico da educação, numa primeira tentativa de criar no país a rede de educação à distância. (VIDAL, BAIA 2007).

Alves (2011) aponta algumas experiências no ano de 1979, em que a Universidade de Brasília implementou pela primeira vez cursos superiores em EAD e em 1989, com a criação do Centro de Educação Aberta. Já no ano de 1991, a Fundação Roquete Pinto criou o programa Jornal da Educação, incorporado à TV Escola e a partir de 1996 diversas várias universidades deram início ao EAD, culminando com a Secretaria de Educação a Distância (SEED), do Ministério da Educação.

A partir da década de 1990 o EAD ganha espaço na legislação educacional. Primeiro a Constituição Federal de 1988, traz seu artigo 204, o objetivo de articular e desenvolver o ensino em seus diversos níveis e ainda, prescrevendo no inciso V a “promoção humanística, científica e tecnológica do país. (BRASIL, 1988) e, posteriormente, com a publicação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) de nº 9394/96, a qual reconhece a educação à distância como uma modalidade de ensino.

2.2 Políticas Públicas para a Democratização do Ensino na modalidade EAD após a LDB 9394/96

Com a LDB nº 9394/96, a Educação a Distância passa a ter destaque no cenário educacional, sob o apoio de diversos dispositivos constitucionais, dentre eles o direito ao pluralismo pedagógico, a liberdade de aprender e a necessidade de alcançar níveis desejáveis para a escolarização dos cidadãos excluídos do processo educacional.

Conforme a Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº9394/96, no que diz respeito à forma de oferta da educação, há duas modalidades, que são a presencial e à distância, podendo ainda haver a combinação das duas, o dito chamado ensino semipresencial ou híbrido.

Na forma presencial, o professor faz a transposição didática pessoalmente, podendo se valer de diversos recursos. Na modalidade à distância, conforme Moran (2009), a mediação é concretizada mediante o uso exclusivo das Tecnologias da Informação (TICs), admitindo-se encontros presenciais.

O Decreto nº 5.622 de 19 de dezembro de 2005, revogado pelo Decreto nº 9.057, de 2017, veio institucionalizar e regulamentar o EAD no país, conceituando-o como uma modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorre com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com estudantes e professores desenvolvendo atividades educativas em lugares ou tempos diversos. (BRASIL, 2005).

Para muitos autores, houve um avanço muito grande na legislação, que oportunizou àqueles que não poderiam frequentar a escola presencialmente, por diversos motivos. Conforme Leite (1998, p. 38), as ações de EAD são norteadas por alguns princípios, entre eles:

- Flexibilidade, permitindo mudanças durante o processo, não só para os professores, mas também, para os alunos.
- Contextualização, satisfazendo com rapidez demandas e necessidades educativas ditadas por situações socioeconômicas específicas de regiões ou localidades.
- Diversificação, gerando atividades e materiais que permitam diversas formas de aprendizagem.
- Abertura, permitindo que o aluno administre seu tempo e espaço de forma autônoma

Conforme Hack (2011), o ensino EAD possibilita a quebra das distâncias geográficas e temporais, ao oportunizar ao aluno organizar e adaptar seu tempo e ambiente de estudos.

Na visão de Alves (2011, p.90), “a Educação a Distância pode ser considerada a mais democrática das modalidades de educação, pois se utilizando de tecnologias de informação e comunicação transpõe obstáculos à conquista do conhecimento.”

Inclusive, conforme levantamento de Vidal e Baia (2007), já em 1996 surgiram os primeiros cursos em nível de mestrado via videoconferência na Universidade Federal de Santa Catarina, para atender necessidades das empresas e, a partir dessa experiência, teve início no Brasil a formação de profissionais no campo de atuação e pesquisa voltados ao EAD.

A adoção das novas tecnologias da informação e comunicação (TICs) pela educação foi um passo importante, pois aumentou a possibilidade e o alcance de estratégias educativas a distância.

Muitos países já adotam o ensino a distância para o ensino superior há muito tempo e cresce em nível mundial a oferta de cursos profissionalizantes e, conforme Alves (2011), também no Brasil há uma mobilização de recursos voltados para essa modalidade de oferta de educação em todos os níveis de ensino.

Inclusive, foi em 1997 foi criado o Programa Nacional de Tecnologia Educacional (PROINFO), pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC), cujo objetivo foi a qualificação dos docentes para a utilizar pedagogicamente a informática nas escolas de educação básica das redes públicas de ensino. A partir de 2007, por meio do Decreto nº 6.300 o programa passou por uma reestruturação, cujos objetivos foram:

I - promover o uso pedagógico das tecnologias de informação e comunicação nas escolas de educação básica das redes públicas de ensino urbanas e rurais;

II - fomentar a melhoria do processo de ensino e aprendizagem com o uso das tecnologias de informação e comunicação;

III - promover a capacitação dos agentes educacionais envolvidos nas ações do Programa;

IV - contribuir com a inclusão digital por meio da ampliação do acesso a computadores, da conexão à rede mundial de computadores e de outras tecnologias digitais, beneficiando a comunidade escolar e a população próxima às escolas;

V - contribuir para a preparação dos jovens e adultos para o mercado de trabalho por meio do uso das tecnologias de informação e comunicação; e

VI - fomentar a produção nacional de conteúdos digitais educacionais. (BRASIL, 2007)

Ou seja, uma visão de educação que busca o conhecimento além muros e para além dos muros, na medida em que visa beneficiar a comunidade extraescolar.

E, com a Pandemia COVI-19, essa modalidade só tendeu a aumentar. Conforme estudos de Oliveira et al. (2020 p. 52865) “Tal evento, ocasionou mudanças no vínculo entre estudantes, professores, e conseqüentemente, nas dinâmicas de estudos e realização das tarefas, levando a um novo modo de ‘fazer a educação’”

O isolamento social obrigatório para atender as normas da Organização Mundial da Saúde (OMS), para evitar o contágio e a propagação do vírus, ensejou novas formas de ensino, ora o ensino remoto com aulas síncronas e interativas, ora exclusivamente EAD, vislumbrando um cenário repleto de desafios e também de possibilidades de ensino.

3 | CONCLUSÃO

A Educação à Distância no decorrer da história da educação no Brasil, assumiu papel importante na democratização do ensino, por proporcionar a fruição de conhecimentos por todos, independente do local ou horário pré-estabelecido. Com a evolução da tecnologia, se tornou possível ampliar seu raio de atuação de atingir um número maior de pessoas, que podem acessar o conhecimento, tendo um suporte para mediar o conhecimento pertinente e relevante, assegurando a efetivação da liberdade de aprender.

Para a Educação Superior, esse reconhecimento foi um passo importante, pois o país carece garantir a formação dos profissionais da educação de, de modo a assegurar a todos docentes formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam, além de garantir que pelo menos 50% (cinquenta por cento) dos professores da educação básica obtenham o nível de pós-graduação, até 2024.

Desta forma, a modalidade EAD, pode contribuir e muito para o atingimento dessas metas e, dessa forma, democratizar o ensino, considerando as necessidades, demandas e contextos locais e regionais dos sistemas de ensino, conforme preceitua nossa legislação educacional.

REFERÊNCIAS

Alves L. **Educação a distância**: conceitos e história no Brasil e no mundo. Associação Brasileira de Educação a Distância. Disponível em http://www.abed.org.br/revistacientifica/revista_pdf_doc/2011/artigo_07.pdf. 2011. Acesso em 14 Mai. 2021

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Imprensa Oficial, 1988.

BRASIL. MEC. **Lei nº 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional. Brasília: MEC, 1996.

_____ **Decreto nº 6.300, de 12 de dezembro de 2007.** Dispõe sobre o Programa Nacional de Tecnologia Educacional - ProInfo. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6300.htm. Acesso em Jun. 2021.

HACK, J. R. **Introdução à educação à distância.** Florianópolis: LLV/CCE/UFSC, 2011

LIBÂNEO, Jose Carlos; OLIVEIRA, João Ferreira; TORCHI, Mirza Seabra. **Educação Escolar: Políticas, Estruturas e Organização.** 4 ed. Ed. Cortez, São Paulo, SP, 2007.

MARCONI, M. A; LAKATOS, E. V. **Metodologia científica.** São Paulo: Editora Atlas, 2002

Ministério da Educação (MEC) 2021). Recuperado em 06/06/2021, de <http://portal.mec.gov.br/index.php>

MORAN, J. M. **O que é Educação à Distância.** Universidade de São Paulo. Disponível em: <http://www.eca.usp.br/prof/moran/dist.htm>. Acesso em: 14 Mai.2021





OLIVEIRA, E. S.; CRUZ, T. N.; SILVA, M. R.; FREITAS, T. C.; SANTOS, J. R. N.; SANTOS, W. F. **A educação a distância (EaD) como ferramenta democrática de acesso a educação superior: formação docente.** In: Digitalização da educação: desafios e estratégias para a educação da geração conectada. 1 ed, Campo Grande: Editora Inovar, 2020. p. 8-14.

ENSINO, DESENVOLVIMENTO & SAÚDE



Atena
Editora
Ano 2022

GRUPO EDUCACIONAL
FAVENI

-  www.atenaeditora.com.br
-  contato@atenaeditora.com.br
-  [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)
-  www.facebook.com/atenaeditora.com.br

ENSINO, DESENVOLVIMENTO & SAÚDE



Atena
Editora
Ano 2022

GRUPO EDUCACIONAL
FAVENI

- 🌐 www.atenaeditora.com.br
- ✉ contato@atenaeditora.com.br
- 📷 @atenaeditora
- 📘 www.facebook.com/atenaeditora.com.br